

Comunismo e sindicalismo: o PCB e as disputas sindicais “na grande terra oprimida dos barés” (1944-1964)

Communism and Unionism: the PCB and the union disputes “in the great oppressed land of the barés” (1944-1964)

César Augusto Bubolz Queirós*

Resumo: No ano em que se comemora o centenário do PCB, este artigo tem o objetivo de analisar a atuação do Partido Comunista no estado do Amazonas no período que compreende os anos entre 1944 e 1964 e, particularmente, a atuação dos comunistas do estado nas disputas sindicais e na organização da classe trabalhadora. Assim, analisaremos brevemente o processo de reorganização política do PCB no Amazonas no contexto da redemocratização e da legalidade para, logo após, analisar as disputas que ocorreram no meio sindical pelos postos de direção das principais associações operárias do estado, sobretudo a Casa do Trabalhador do Amazonas (CTA).

Palavras-chave: Partido Comunista; sindicatos; Amazonas.

Abstract: In the year in which the centenary of the PCB is commemorated, this article aims to analyze the performance of the Communist Party in the state of Amazonas in the period between 1944 and 1964 and, particularly, the performance of communists in union disputes and in the organization of the working class. Thus, we will briefly analyze the process of political reorganization of the PCB in Amazonas in the context of redemocratization and legality to, soon after, analyze the disputes that occurred in the union environment for the management positions of the main workers' associations, especially the Casa do Trabalhador do Amazonas (CTA).

Keywords: Communist Party; Unionism; Amazonas.

* Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: cesardequeiros@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5752-6148>.

EM UM RELATÓRIO encaminhado, em 1951, ao presidente Getúlio Dornelles Vargas, avaliando os resultados eleitorais e os problemas políticos para a consolidação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) no estado, o então deputado federal Plínio Ramos Coelho afirmava que o PCB seria uma ameaça menor, um partido que “nunca, em tempo algum, logrou fazer, em Manaus ou no estado, ao menos um vereador, o que diz perfeitamente de sua inexpressividade”.¹ O grande obstáculo para o crescimento eleitoral do PTB era claramente o PSD de Álvaro Botelho Maia, cujas perseguições políticas, especialmente no interior do estado, dificultavam os esforços de organização partidária uma vez que havia uma comunhão de interesses entre o PSD e a UDN, sobretudo em função de que a maioria dos seringalistas pertencia a esses dois partidos.

No entanto, se os esforços para consolidar a organização partidária do PCB no Amazonas foram repletos de obstáculos, sua atuação no meio sindical foi marcada por grande dinamismo e por um intenso envolvimento com a classe trabalhadora, protagonizando importantes disputas políticas pelos postos de direção das mais importantes entidades de classe do estado e permanecendo ao lado dos trabalhadores em suas lutas por melhores salários e condições de trabalho.

Neste artigo pretendemos analisar a atuação de lideranças comunistas nas principais associações operárias do estado entre os anos de 1944 e 1964, buscando compreender as disputas ocorridas pelos postos de direção dessas associações. Para tanto, iniciaremos realizando uma breve análise da trajetória política do PCB no Amazonas.

A organização política do PCB no estado do Amazonas

COMO BEM DESTACA Marco Aurélio Santana, “a história do PCB foi marcada por perseguição e banimento”.² Em virtude de sua atuação na clandestinidade e dos obstáculos impostos para a sua consolidação no âmbito político-institucional, o partido procurou ocupar espaços no movimento sindical que “lhe servissem como instrumentos para contrabalançar sua condição de partido ilegal e o credenciar enquanto força ativa no interior do cenário político nacional”. Tendo sido um partido que atuou a maior parte do tempo na clandestinidade, o PCB teve na fase pós-abertura política (de 1945 a 1947) um breve período em que seu registro foi aceito pela Justiça Eleitoral.

No estado do Amazonas, a partir de agosto de 1945, após a lei eleitoral de fevereiro daquele ano, o partido começou a se reorganizar e, no início de novembro, o Comitê Executivo do PCB realizou uma assembleia a fim de eleger seus novos dirigentes. Para a instalação da seção estadual do partido, veio especialmente a Manaus Ivan Ribeiro,³ filho

1 Relatório de Plínio Ramos Coelho a Getúlio Vargas. Arquivo Getúlio Vargas. FGV/CPDOC. 23 out. 1951.

2 SANTANA, Marco Aurélio. Um partido em dois tempos: o Partido Comunista Brasileiro (PCB) nas conjunturas pré e pós golpe de 1964. *Avances del Cesor*, v. XVII, n. 22, pp. 173-187, jun. 2020.

3 Ivan Ribeiro foi candidato a deputado constituinte pelo PCB do Amazonas em 1945, tendo ficado como suplente. Participou da insurreição armada de novembro de 1935, e foi um dos líderes da tomada da Escola

de Alfredo Augusto Ribeiro Jr.⁴ e um dos líderes da tomada da Escola de Aviação Militar no Rio de Janeiro em novembro de 1935.⁵ Sua vinda ao estado contou com alguns percalços, pois, durante uma parada na cidade de Santarém, o avião da Panair que o conduzia foi depredado a pedradas por populares que acreditavam estar protestando contra “os ditames do totalitarismo russo”.⁶ Ao chegar em Manaus, Ivan Ribeiro concedeu uma entrevista à imprensa local, na sede do comitê estadual do partido, atribuindo a culpa do atentado ocorrido em Santarém a “elementos nazistas”. Perguntado sobre a instalação da seção estadual do partido, afirmou que estava “satisfeito com o nosso partido no Amazonas”, destacando que “da mesma maneira que acontece no resto do Brasil, o Comitê Estadual do PCB tem amplas possibilidades de transformar-se, rapidamente, numa força política decisiva”.⁷

No dia 15 de setembro, no Teatro Amazonas, realizou-se a solenidade de instalação oficial do Comitê Estadual do Partido Comunista Brasileiro no Amazonas.⁸ O imponente teatro – decorado com bandeiras do Brasil, da URSS, dos Estados Unidos, da Inglaterra e da França – recebeu grande assistência. A solenidade foi presidida pelo secretário do Comitê Estadual do partido Lycurgo Sousa Cavalcante⁹ e contou com um discurso de Ivan Ribeiro.¹⁰ Em seu discurso, Ribeiro saudava a instalação do Comitê Estadual do partido “na grande terra oprimida dos barés”,¹¹ um “marco decisivo na larga história de sofrimentos e de lutas do povo desta terra”. É possível perceber que Ivan Ribeiro destacava que o PCB era o “partido do proletariado e do povo, partido dos operários e trabalhadores da cidade, e dos seringueiros, madeireiros e juteiros, dos pescadores e dos camponeses dos castanhais, os legítimos herdeiros das lutas passadas do nosso povo expoliado”.¹²

de Aviação Militar do Rio de Janeiro. Estava na primeira lista de pessoas que tiveram seus direitos políticos suspensos após o golpe de 1964. Sobre Ivan Ramos Ribeiro, ver: SILVEIRA, Éder da Silva. Dissidência comunista: da cisão do PCB à formação do PCBR na década de 1960. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 20, n. 37, p. 291-322, jul. 2013.

4 Alfredo Augusto Ribeiro Jr. liderou, em 23 de julho de 1924, uma rebelião no Amazonas que depôs o governador interino Turiano Meira, substituto de César do Rego Monteiro, que se encontrava no exterior. A Rebelião de 24 aconteceu em apoio à revolta tenentista, em oposição ao governo do presidente Artur Bernardes. RIBEIRO, Eneida Ramos. **Ribeiro Jr.: redentor do Amazonas – memórias**. Manaus: Norma Editora, 2016.

5 **Jornal do Commercio**, Manaus, p. 4, 12 set. 1945.

6 **Jornal do Commercio**, Manaus, p. 4, 12 set. 1945.

7 **Jornal do Commercio**, Manaus, p. 1, 13 set. 1945.

8 Segundo Fernanda Fernandes, o Comitê Estadual do partido passou a ser composto por Lycurgo Cavalcante como secretário-geral, João Moreira como secretário de organização, Júlio Vianna, como subsecretário de organização, Romeu Pimenta de Medeiros como secretário de finanças, Cícero Almeida como subsecretário de finanças, Osvaldo Bezerra como secretário sindical, Ernesto Soares como subsecretário sindical, Lauro Gurgel de Oliveira como secretário itinerante, Nicodemos Braule Pinto como secretário eleitoral, Domingos Queiroz como subsecretário eleitoral, Francisco Alves dos Santos como secretário de imprensa e propaganda, Hebert Palhano subsecretário de imprensa e propaganda, Maria Cabral como secretária do feminino, Edith Braule Pinto como subsecretária do feminino. FERNANDES, Fernanda. O Partido Comunista do Brasil (PCB) no Amazonas: da fundação do diretório estadual ao golpe civil-militar **Revista Tempo Amazônico**, v. 8, n. 2, p. 43-61, jan-jun de 2021.

9 Lycurgo Souza Cavalcante era alfaiate e foi secretário da Aliança Nacional Libertadora no estado do Amazonas em 1935, tendo respondido a um inquérito acusado de fazer parte do levante de novembro de 1935 em Manaus. Ver: ABREU, Davi. Aliancistas e integralistas: disputas políticas e ideológicas no Amazonas. **Revista Manduarisawa**, Manaus, v. 2, n. 1, 2018.

10 **Jornal do Commercio**, Manaus, p. 1, 16 set. 1945.

11 Os barés habitavam a região onde atualmente se localiza a cidade de Manaus. Segundo José Ribamar Bessa Freire, “o termo “baré” funciona para a identidade local como o termo “tupinikin” para a identidade brasileira para o bem e para o mal”.

12 **Jornal do Commercio**, Manaus, p. 1, 18 set. 1945.

Ao se colocar como legítimos herdeiros das lutas passadas, Ribeiro situa o PCB no rastro de Ajuricaba – “Multiplica-se redivivo em nossas fileiras a força libertária que retesou o arco do índio Ajuricaba” –, dos trabalhadores que lideraram a greve geral de 1918 – “lá repousa em 1918, no proletariado de Manaus indo à greve pelas 8 horas de trabalho” – e da Comuna de Manaus¹³ – “surge de novo nas memoráveis jornadas de 1924, quando o povo amazonense, encabeçado por um punhado de militares patriotas e democratas, [...] jogou para sempre por terra a mais descarada das oligarquias da minoria de latifundiários exploradores que tripudiavam, de balata em punho, sobre a desgraça dos caboclos do Amazonas”.¹⁴

Em seu discurso, Ivan Ribeiro destaca ainda a criação das primeiras células clandestinas do PCB no estado do Amazonas, ainda em 1935, e o esforço pela instalação da Aliança Nacional Libertadora (ANL) em Manaus. Entre os comunistas amazonenses, destacam-se operários que estiveram na vanguarda do movimento grevista de 1918 (como Júlio Vianna,¹⁵ operário gráfico), antigos participantes do movimento de 1924 (como Marciano Armond, participante ativo do movimento de 1924 e presidente da ANL no estado, e Hemérito Cabrinha, orador proletário em 1924) e outros membros como Lycurgo Cavalcante, alfaiate e secretário-geral do Comitê Estadual, Osvaldo Bezerra, gráfico, Aristeu de Alencar, guarda alfandegário e Aldo Moraes, soldado.

Utilizando uma linguagem permeada de referências à Bíblia, procurou refutar acusações feitas de que o partido seria contra a religião ou que seria inimigo da família, a fim de diminuir as resistências e rejeições ao partido. Nesse sentido, afirmava que “sempre fomos partidários da liberdade de crença, do direito de todos os cidadãos exercerem livremente seu culto, do direito de cada religião existir livremente, em pé de igualdade com as demais”.¹⁶

Nós, comunistas, entretanto, somos quem dá, nesta hora, perante o povo, provas diárias de apreço a sentimentos e conceitos que só têm paralelo nas páginas do Velho e do Novo Testamento. Pois não somos nós quem não guarda ressentimentos? Na Bíblia está dito: amai-vos uns aos outros. E quem prega, nesta hora, senão os comunistas, o amor do povo a si mesmo, a união fraternal dos homens do povo e dos trabalhadores? Não está nos Dez Mandamentos que não se deve levantar falso testemunho? E por que levantam então estes falsos senhores testemunhos contra o Partido Comunista? Jesus disse ao povo quando este quis apedrejar a mulher perdida: Que lhe atire a primeira pedra aquele que não tiver culpa. Serão sacerdotes aqueles que açulam meninos e jovens para apedrejarem um simples homem do povo e põem os sinos de sua Igreja a badalar em aleluia?¹⁷

Com a obtenção do registro na Justiça Eleitoral, o PCB participou já nas eleições presidenciais realizadas em novembro de 1945, lançando o nome de Yedo Fiúza como candidato à

13 Ver SANTOS, Eloína Monteiro dos. **A rebelião de 1924 em Manaus**. Manaus, SUFRAMA, Gráfica Lorena, 2ª ed., 1990.

14 **Jornal do Comercio**, Manaus, p. 1, 18 set. 1945.

15 Júlio Vianna foi presidente do diretório provisório da ANL em Manaus, tendo renunciado ao cargo. Era gráfico e foi redator do *Jornal do Comercio*. Ver ABREU, op. cit., p. 7.

16 **Jornal do Comercio**, Manaus, p. 1, 18 set. 1945.

17 **Jornal do Comercio**, Manaus, p. 1, 18 set. 1945.

Presidência, tendo alcançado 10% do total dos votos naquela eleição. No Amazonas, Yedo Fiúza obteve 1.871 votos, perfazendo 8,5% dos votos válidos,¹⁸ um número bastante expressivo naquele contexto. Nacionalmente, o partido elegeu uma significativa bancada no Congresso Nacional,¹⁹ embora no Amazonas não tenha logrado o êxito de eleger nenhum deputado federal.²⁰ Ivan Ribeiro, que concorreu a deputado federal, obteve 1.045 votos, tornando-se suplente.

A preocupação com o avanço do comunismo no Amazonas era tamanha que, em 1946, Astolfo Serra, representante do Ministério do Trabalho e Diretor do DNT, veio ao estado com a finalidade de se reunir com os representantes sindicais para ouvir suas reivindicações e fazer-lhes ver que “dentro da democracia, e não dentro do comunismo, estão os elementos capazes de lhes garantir um clima de respeito à personalidade humana e segurança das liberdades de cada homem e de cada classe”.²¹

Em janeiro de 1947 foram realizadas eleições gerais para os estados.²² Nessas eleições, o PCB aliou-se ao PTB que, contrariando a orientação nacional de coligar com o PSD, se coligou localmente com a UDN, uma aliança esdrúxula que tinha o objetivo de derrotar o PSD de Álvaro Maia, que ainda dominava a cena política naquele período,²³ tendo eleito dois senadores constituintes e três deputados na eleição ocorrida em fins de 1945.²⁴ Tal coligação foi vitoriosa e elegeu para governador Leopoldo Amorim da Silva Neves (PTB),²⁵ tendo superado o candidato do PSD Rui Araújo, que havia sido secretário-geral de Álvaro Maia durante o Estado Novo. Nessa eleição, o PCB amazonense não elegeu nenhum candidato.²⁶

18 Votação nominal do estado do Amazonas (1945). Portal de Dados Abertos do TSE.

19 REIS FILHO, Daniel Aarão. Entre reforma e revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964. In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão (org.). **História do marxismo no Brasil**. Partidos e organizações dos anos 20 aos 60. V.V. Campinas: Ed. Unicamp, 2007. p. 72.

20 Foram apresentadas as seguintes candidaturas: Odorico Nina Ribeiro (para o Senado), Alberto Pizarro Jacobina, Ivam Ramos Ribeiro, Lycurgo de Souza Cavalcanti, Luiz Carlos Prestes e Moacir Paixão e Silva.

21 **Jornal do Comercio**, Manaus, p. 1, 8 jul. 1946.

22 A eleição realizou-se no primeiro domingo após 120 dias contados da promulgação da Constituição dos Estados Unidos do Brasil pela Assembleia Nacional Constituinte – ocorrida em 18 de setembro de 1946. Na ocasião, realizaram-se as primeiras eleições diretas para governadores e deputados que comporiam a Assembleia Constituinte e para os cargos de terceiro senador e seu suplente (mandato de quatro anos); suplentes dos senadores eleitos em 1945 (mandato de oito anos); e deputados federais (para completar as bancadas estaduais).

23 Ver: QUEIRÓS, César Augusto B. A experiência democrática no Amazonas: a formação do PTB e a consolidação do trabalhismo (1945/1964). **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 12, p. 1-23, 2020.

24 Os senadores eleitos para a Assembleia Constituinte foram Álvaro Botelho Maia e Valdemar Pedrosa, ambos do PSD. Na mesma eleição, foram escolhidos cinco deputados constituintes: Cosme Alves Ferreira F.º, Leopoldo Peres e Francisco Pereira da Silva, todos do PSD, além de Leopoldo Neves (PTB) e Manuel Severiano Nunes (UDN).

25 Leopoldo Neves nasceu em Manaus, em 1898, tendo morrido em novembro de 1953. Leopoldo Neves havia sido eleito deputado pelo Amazonas à Assembleia Nacional Constituinte na legenda do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), participando dos trabalhos constituintes. **Dicionário Biográfico Amazonense**. 317/320.

26 Segundo Fernanda Fernandes, em 1947, o partido participou no processo eleitoral estadual com os seguintes candidatos: Aldo Moraes, Osvaldo Bezerra de Albuquerque e Silva, Moacyr Paixão e Silva, Lycurgo Cavalcante, Domingos Alves Pereira de Queiroz, Etelvina Mesquita da Silveira, Letício Campos Dantas, Ferdinando Desideri, Romeu Pimenta de Medeiros, Dorval de Magalhães, Francisco Alves dos Santos, Wilson Mota da Silveira, Sebastião Gomes de Lima, Arnaldo dos Santos Alves, Joaquim Francisco de Paula Sobrinho, Milton Lessa Marinho, Francisco Alves da Silva, Mario de Souza Magalhães, Abelardo Pereira dos Santos, Artur Cesar Meireles Pucú, Manoel Rodrigues da Silva, José Aristeu de Almeida Guimarães, Adelardo Vieira de Aguiar, Diógenes Varas da Silva, Ernesto Costa, José Rodrigues Freire, Inocêncio Vasconcelos, Leônidas Pereira dos Santos, Francisco Cesar Leal. FERNANDES, op. cit., p. 50.

No entanto, em vários estados o partido conseguiu eleger deputados nas assembleias legislativas estaduais, elegendo a terceira maior bancada no parlamento paulista.

Em maio de 1947, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) cancelou o registro do PCB e o partido foi colocado novamente na ilegalidade.²⁷ Além disso, a Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB) teve suas atividades suspensas por estar funcionando sem o registro do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, desenvolver “intensa ação política” e se opor à “harmonia e paz sociais”. Cerca de 400 sindicatos que haviam apoiado a CTB sofreram intervenção.²⁸ Alguns sindicatos do estado sofreram intervenção e tiveram suas lideranças cassadas. Foi o caso do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Manaus,²⁹ que passou a ter como interventor Arthur Longbeck.³⁰

Com a cassação do registro do partido, a perseguição aos comunistas se intensificou. No Amazonas, Geraldo Campelo, um dos fundadores da Associação Brasileira dos Escritores do Amazonas, teve sua prisão decretada em 1948, juntamente com outros camaradas (Francisco Alves, Aldo Morais, Arlindo Porto e Alfredo Aguiar), por ser um dos responsáveis pela edição do periódico comunista *A Luta*. Campelo foi preso após ter sido encontrado escondido no bar São Paulo, na avenida Eduardo Ribeiro. A polícia confiscou uma carta enviada a Campelo por um militante de Belém na qual fica evidente o contato entre os comunistas de Manaus e de Belém, onde era produzido o periódico *Tribuna do Pará*. Além disso, há uma lista de militantes do Amazonas com seus respectivos apelidos: Aldo Morais (Filhote de Tigre), Francisco Alves (Leão do Circo), Alfredo Aguiar (Buck Jones), Antônio Angarita (Índio Boca Negra), Arlindo dos Santos Porto (Pincel Proletário), Campos Dantas (Cara Feia), Maria Pucú (a Mascote) e Geraldo Campelo (o Noivo Invisível).³¹

Em virtude da acusação de ser responsável pela circulação do periódico, Geraldo Campelo teve sua casa vasculhada e, nessa ocasião, o Comando da Guarnição Federal do Amazonas teria encontrado uma “profusa e irritante miscelânea de panfletos, jornais e documentos” relativos ao plano de trabalho do partido (na clandestinidade). No plano de trabalho, constavam questões como desmascarar os objetivos dos partidos das classes dominantes, formação de quadros dirigentes, destruir as ilusões conciliatórias e manter vivo o espírito da luta de classes. No tocante à organização sindical, propunha-se levantar nas fábricas e locais de trabalho as reivindicações mais sentidas, desmascarar o trabalhismo de Getúlio Vargas (“demagogia da assistência social”) e alcançar os postos de liderança da Casa do Trabalhador do Amazonas – cujas disputas abordaremos no próximo tópico.³² Devemos observar que a apreensão desse material ocorreu em dezembro de 1950, alguns meses após

27 OLIVEIRA, Eder Renato de. Metamorfoses políticas na esquerda brasileira: do IV Congresso (1954) à Nova Política (1958) do PCB. **Faces da História**, Assis, v. 3, n. 1, p. 159-181, jan.-jun. 2016. p. 87.

28 NETTO, Evaristo Giovanetti. **O PCB na Assembleia Constituinte de 1946**. São Paulo: Novos Rumos, 1986.

29 **Jornal do Comercio**, Manaus, p. 9, 29 jun. 1947.

30 Arthur Longbeck (ou Langbeck) era representante do delegado regional do Ministério do Trabalho e, em 1950, foi candidato a deputado estadual pelo PTB.

31 **Jornal do Comercio**, Manaus, p. 6, 24 ago. 1948.

32 **Jornal do Comercio**, Manaus, p. 5, 5 dez. 1950.

a divulgação do Manifesto de Agosto de 1950, que reforçava o compromisso do partido com a revolução e sua opção pela estratégia insurrecional, rejeitando alianças eleitorais.³³

A impossibilidade de seguir a linha político-partidária, a cassação de todos os parlamentares comunistas eleitos e o fechamento da via sindical aprofundaram a opção por uma aproximação direta com as bases. Para Santana, tendo passado a maior parte do tempo na ilegalidade, o partido “apostou na importância da atuação legal e da abertura de espaços democráticos” com o objetivo de voltar ao sistema político com uma participação legal e aberta. Para tanto, teria passado a “instrumentalizar sua relação com o movimento dos trabalhadores nesta direção”.³⁴ Após janeiro de 1948, a estratégia do PCB passou a ser a de priorizar a construção de organizações livres nas empresas para a luta por reivindicações imediatas, promovendo a eclosão de inúmeras greves organizadas a partir dos locais de trabalho, sem o envolvimento direto dos sindicatos oficiais, representando um significativo impulso às lutas da classe trabalhadora.³⁵ Buonicore observa que “as posições dos sindicatos ministerialistas se dividiam entre a condenação aberta da greve, inclusive colaborando com a repressão aos grevistas, e o desconhecimento completo do movimento”.³⁶

No ano de 1952, o Comitê Central do partido aprovou uma proposta de retorno à militância nos sindicatos oficiais e aproximação com os trabalhistas, provocando um gradual afastamento das posições mais radicais do Manifesto de Agosto de 1950,³⁷ que foi a expressão do compromisso do partido com a revolução e da reafirmação do ideal revolucionário diante de um governo considerado “traidor”.³⁸ Como boa parte das greves que pipocavam país afora era liderada pelas comissões de fábrica – e não pelos sindicatos –, isso acabou acarretando um conjunto de disputas entre comunistas e trabalhistas no âmbito dos sindicatos e associações operárias.³⁹ Com a aproximação do partido com os sindicatos e com uma decisiva atuação em diversas categorias profissionais, o PCB fortalecia seu *status* de “partido da classe operária”.

Mesmo estando na clandestinidade, a presença do PCB junto aos sindicatos amazonenses era evidente. No entanto, se, por um lado, é possível verificar essa forte presença de lideranças vinculadas ao PCB na base sindical, por outro lado, o crescimento político do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) no estado e sua forte ligação com o movimento sindical desencadeou uma série de disputas entre trabalhistas e comunistas pelos postos de direção das principais associações operárias amazonenses. Tais disputas se intensificaram

33 O Manifesto de Agosto de 1950, assinado por Luís Carlos Prestes e publicado no periódico *Voz Operária*, defendia a criação de uma frente única nacional popular, a Frente Popular de Libertação Nacional, e rejeitava a participação política pelos meios constitucionais, defendendo o voto nulo e criticando a estrutura sindical corporativa, defendendo a criação de sindicatos paralelos e independentes. Ver o Manifesto de 1950 em: CARONE, Edgard. **O P.C.B.** (1943-1964). v. II. São Paulo: Difel, 1982. p. 176.

34 SANTANA, op. cit., p. 175.

35 BUONICORE, Augusto. Sindicalismo Vermelho: a política sindical do PCB entre 1948 e 1952. **Cadernos AEL**, v. 7, n. 12/13, p. 23-24, 2000.

36 *Ibidem*.

37 DELGADO, Lucília Neves. **PTB: do getulismo ao reformismo**. São Paulo: Marco Zero, 1989. p. 176.

38 Ver o Manifesto de 1950 em: CARONE, op. cit.

39 NEGRO, Antônio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília. (org.). **O Brasil republicano**. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 57.

principalmente a partir de 1954, quando o PTB logrou o êxito de eleger Plínio Ramos Coelho – advogado com uma trajetória de atuação junto aos sindicatos – para o governo do estado do Amazonas, inaugurando um período de hegemonia política no Amazonas ao vencer três pleitos eleitorais consecutivos (Plínio Ramos Coelho, em 1954, Gilberto Raposo Mestrinho, em 1958 e, novamente, Plínio Ramos Coelho, em 1962).⁴⁰ A presença de lideranças ligadas ao Partido Trabalhista nos postos chave dos principais sindicatos e associações operárias era vista como uma forma de assegurar o apoio das hostes trabalhistas ao partido e reduzir a possibilidade de deflagração de greves que pudessem questionar e desestabilizar os governos dos trabalhistas. Nesse cenário de disputas políticas no meio sindical, a Casa do Trabalhador do Amazonas (CTA) pode ser considerada um espaço privilegiado para se compreender o significado e a abrangência dessas disputas.

Comunistas, trabalhistas e a Casa do Trabalhador do Amazonas

QUEM HOJE, ao transitar pelo agitado centro de Manaus, passa pela rua Marcílio Dias, talvez não perceba, em meio à intensa movimentação dos vendedores ambulantes e dos transeuntes, um pequeno prédio que abriga parte importante da história dos trabalhadores e trabalhadoras amazonenses: a Casa do Trabalhador do Amazonas (CTA). Essa casa foi palco de importantes lutas travadas pela classe trabalhadora do estado nas últimas sete décadas, tornando-se também espaço de sociabilidade e de intensa formação política. Seu lema, “PAZ, TRABALHO, PÃO E LIBERDADE”, até hoje está inscrito nas paredes da Casa do Trabalhador.

Até meados da década de 1940, a maioria das entidades sindicais amazonenses não possuía sede própria. Em 1944, cumprindo promessa feita aos trabalhadores amazonenses e seguindo a “política de assistência social do presidente Getúlio Vargas”, o então interventor federal Álvaro Maia⁴¹ adquiriu um imóvel situado na rua Marcílio Dias, 256.⁴² As instalações foram cedidas pela Delegacia Regional do Trabalho para a instalação da Casa do Trabalhador do Amazonas (CTA), servindo como sede para diversos sindicatos e associações.⁴³ Cedido a título provisório através do Decreto-Lei nº 1251, de junho de 1944, o imóvel foi entregue definitivamente às entidades sindicais pela Lei nº 406, de 26 de agosto de 1947, pelo então governador Leopoldo Neves.

A Casa do Trabalhador do Amazonas surge como sociedade civil em junho de 1947, tendo como finalidade “servir de sede às entidades sindicais existentes ou que vierem a

40 QUEIRÓS, César Augusto. O trabalhismo de Plínio Ramos Coelho e o golpe de 1964 no Amazonas. **Revista Mundos do Trabalho**, v. 8, n. 15, 2016.

41 Álvaro Maia foi interventor do estado do Amazonas durante o governo de Getúlio Vargas. Com a redemocratização, passa a liderar o PSD e foi eleito governador em 1950. SANTOS, op. cit., 1997.

42 Nesse endereço funcionava a sede da União Esportiva Portuguesa. A retirada da associação para o estabelecimento da CTA gerou forte polêmica uma vez que os dirigentes do clube se recusavam a sair e afirmaram que só sairiam dali à força.

43 FOI LIBERADA a quantia de Cr\$ 202.000,00 para a aquisição do referido imóvel. **Jornal do Commercio**, Manaus, p. 7, 25 jun. 1944.

ser organizadas”, sendo administrada inicialmente por uma junta governativa. Oferecia ainda serviços médicos e dentários a seus associados e seus salões eram utilizados para assembleias, bailes de carnaval, festividades e competições esportivas. A CTA recebia auxílio financeiro do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), por meio da Delegacia Regional do Trabalho (DRT).⁴⁴

Sua primeira diretoria, eleita em junho de 1947 pelo colégio eleitoral formado exclusivamente por dirigentes das entidades sindicais sediadas na CTA, cabendo um voto a cada entidade,⁴⁵ era formada por Otavio Teixeira Morais da Câmara, do Sindicato dos Gráficos (presidente), Serafim Augusto de Andrade (secretário) e Francisco Caetano de Andrade (tesoureiro). Já na primeira diretoria, ficava visível a hegemonia dos trabalhistas nos postos de direção da casa, uma vez que Otavio Teixeira Morais da Câmara, eleito presidente, era do partido, tendo concorrido a deputado estadual pelo PTB em 1950.

Assim, nos primeiros anos da CTA, percebe-se que o PCB não conseguiu lograr o êxito de influenciar decisivamente nos rumos da nova sede. Em 1949 é eleita a nova diretoria formada por Jamacy Senna Bentes de Souza (presidente), Serafim Augusto de Andrade (secretário) e Francisco Caetano de Andrade (tesoureiro). O conselho fiscal era composto por Manoel Ferreira da Silva, Francisco Batista de Oliveira e Luiz Ferreira da Silva.⁴⁶ Com a eleição do gráfico Jamacy Senna e da nova diretoria, manteve-se a estreita relação da Casa do Trabalhador – o “quartel general dos trabalhadores da terra cabocla”⁴⁷ – com o Partido Trabalhista Brasileiro. Senna era um entusiasta do trabalhismo, tendo participado da recepção a Getúlio Vargas em Manaus no ano seguinte e tendo encabeçado um abaixo-assinado em favor do então governador Plínio Ramos Coelho em 1958.⁴⁸ Otavio Câmara, primeiro presidente da CTA, também era do PTB, tendo sido um dos oradores no comício queremista de 1945⁴⁹ e concorrido a deputado estadual pelo partido em 1950.

Em fins de 1950 ocorreram novas eleições e, novamente, o grupo trabalhista conquistou os cargos de direção. Nessa ocasião, a diretoria passou a ser formada por Sansão da Costa Novo⁵⁰ (presidente), Jamacy Senna de Souza (secretário) e Francisco Correa de Assis (tesoureiro). O conselho fiscal passou a ser formado por Raimundo Amaral Marinho, Raimundo Pereira da Silva e Jorge Simplício do Nascimento.⁵¹ Em dezembro de 1958 foi eleito para a presidência da CTA Antônio Cândido Barbosa.⁵²

A ligação da CTA com o PTB era tamanha que, quando o desembargador Manuel Barbuda ingressou no partido trabalhista – egresso do PSD, partido pelo qual se candidatou

44 **Jornal do Commercio**, Manaus, p. 1, 30 out. 1948.

45 **Jornal do Commercio**, Manaus, p. 1, 22 jun. 1947.

46 **Jornal do Commercio**, Manaus, p. 3, 22 jan. 1949.

47 **Jornal do Commercio**, Manaus, p. 4, 27 maio 1949.

48 **Jornal do Commercio**, Manaus, p. 4, 26 set. 1958.

49 **Jornal do Commercio**, Manaus, p. 1, nov. 1945.

50 Presidente do Sindicato de Trabalhadores de Carris Urbanos.

51 **Jornal do Commercio**, Manaus, p. 6, 16 dez. 1950.

52 **Jornal do Commercio**, Manaus, p. 6, 16 dez. 1954.

a deputado federal nas eleições de 3 de outubro de 1954 –, provocando uma dissidência interna com o afastamento de lideranças como Josué Claudio de Souza e Dezyréé Guarany, os representantes dos sindicatos sediados na Casa do Trabalhador redigiram o manifesto *Ao Operariado e ao Povo do Amazonas* destacando a atuação de Manuel Barbuda como advogado do CTA e de seus sindicatos e atestando “seu passado de luta permanente a favor do homem do povo”.⁵³ A CTA recebia auxílio financeiro do Ministério do Trabalho, por meio da Delegacia Regional do Trabalho (DRT) para os custos de manutenção e para seus projetos sociais. Nos primeiros anos da Casa era evidente a estreita relação entre sua diretoria eleita e a DRT, por meio da figura do delegado Edmundo Fernandes Levy, que atuava diretamente na dotação orçamentária, obtenção de recursos e atividades cotidianas da Casa. Essa estreita relação era percebida pelo PCB que, em um plano de trabalho encontrado durante uma busca do Comando da Guarnição Federal do Amazonas na casa do militante Geraldo Campelo (mencionada no tópico anterior), colocava como um dos objetivos do partido alcançar os postos de liderança da Casa do Trabalhador do Amazonas.⁵⁴

Só no final da década de 1950 os comunistas se aproximaram de forma mais efetiva dos postos de liderança da CTA. Em fins de 1958, Manuel Amâncio de Oliveira, presidente do Sindicato dos Portuários, foi eleito presidente, tendo como secretária Maria Pucú Campelo, esposa do já citado Geraldo Campelo. A eleição de Oliveira ocorreu logo após ele ter liderado, na condição de presidente do Sindicato dos Portuários, uma greve que paralisou o porto de Manaus e na qual foi conquistado o aumento salarial de 22%.⁵⁵

A tomada da diretoria da CTA por lideranças ligadas ao PCB gerou descontentamentos e, diante de um cenário marcado pelo surgimento de outras federações que também desejavam espaço político – Federação dos Trabalhadores da Indústria e Federação dos Trabalhadores em Transportes Fluviais do Amazonas – as disputas passaram a ficar cada vez mais acirradas. A Federação dos Trabalhadores das Indústrias do Estado do Amazonas – FTI – foi fundada em 29 de março de 1957, nas dependências da Casa do Trabalhador, reunindo os sindicatos das Indústrias de Calçados, de Construção Civil, das Indústrias da Borracha, das Indústrias Metalúrgicas e de Serrarias.⁵⁶ Sua primeira direção era composta por Antônio Alves de Souza (metalúrgico), Manoel Rodrigues da Silva (mestre de obras) e Luiz Barros Santana (artesão sapateiro). Os dois últimos eram membros do PCB local e, diante do acirramento das disputas entre comunistas e trabalhistas, ambos saíram da diretoria em 1959 e passaram a fazer oposição a Antônio Alves de Souza. Nos anos seguintes, essa entidade teve um crescimento notável e, em 1961, já era composta por 16 sindicatos associados. Com isso, a entidade passou a desempenhar um papel fundamental na dinâmica do sindicalismo amazonense.

53 **Jornal do Commercio**, Manaus, p. 4, 19 dez. 1954.

54 **Jornal do Commercio**, Manaus, p. 5, 5 dez. 1950.

55 **Jornal do Commercio**, Manaus, p. 1, 25 out. 1958.

56 **Jornal do Commercio**, Manaus, p. 6, 4 abr. 1957.

Assim, em dezembro de 1960 foram marcadas as eleições para a diretoria. Diante desse quadro, algumas entidades ali sediadas exigiram a prestação de contas das verbas recebidas e uma reforma estatutária. Segundo Valente, após ter indicado uma comissão – formada pelo próprio Aviz Valente (gráfico), Onésimo Barbosa (marítimo e presidente da FTTFA), Manoel Rodrigues (mestre de obras), Luís Barros Santana (sapateiro) e Antônio Alves (metalúrgico e presidente da FTI) – para elaborar a reforma estatutária, Manuel Amâncio propôs um novo estatuto que impedia a participação das associações sindicais, alegando que a legislação sindical proibia a participação de entidades sindicais em associações civis.⁵⁷

A eleição foi bastante conturbada e transcorreu em um clima de radicalização e denúncias de fraudes. Antogildo Pascoal Viana,⁵⁸ presidente do Sindicato dos Estivadores, declarou que havia “dedo de político” acirrando as rivalidades e provocando divisão no movimento sindical. Viana referia-se à influência do PTB sobre parte das lideranças sindicais que faziam oposição à gestão de Manuel Amâncio (PCB).⁵⁹

Diante da não homologação da inscrição de 20 nomes de membros do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Alimentação, José Gomes de Carvalho, presidente do sindicato, rasgou o processo eleitoral, dando início a um conflito físico com Manuel Amâncio. Com isso, os membros da oposição se retiraram e foi eleita uma chapa ligada ao PCB e constituída por Francisco Washington (garçom), Walter de Souza Lima (motorista autônomo) e Manuel Amâncio (portuário). No entanto, embora a eleição de 1960 tenha representado a manutenção dos comunistas nos postos de direção da CTA, as disputas encetadas nesse momento proporcionaram o entrelaçamento de duas importantes forças sindicais: a FTTFA e a FTI. Ademais, representou um racha no movimento sindical amazonense e provocou uma diáspora de entidades sindicais que saíram da CTA. Esse imbróglio acabou resultando na saída da Casa do Trabalhador do Amazonas de várias entidades sindicais: das 29 entidades que eram filiadas à CTA antes das eleições, permaneceram apenas 11.

Os sindicatos que haviam pedido desfiliação da CTA inauguraram uma nova sede: a Casa dos Sindicatos de Manaus (CSM), localizada na esquina das ruas Lobo d'Almada e Henrique Martins.⁶⁰ Na solenidade de inauguração da CSM estavam presentes o delegado regional do Trabalho Nelson Braga, Danilo Areosa, representando o governador Gilberto Mestrinho (PTB) e algumas autoridades militares. Na ocasião, foi reafirmado o apoio daquelas associações ao governador e à defesa da legalidade.

57 VALENTE, Aviz. **CGT**: antecedentes e protagonistas. Manaus: Travessia, 2005, p. 63.

58 QUEIRÓS, César Augusto. “Que fizeram com meu pai?”: sindicalismo e ditadura no Amazonas. **Escritas do Tempo**, v. 2 (4), p. 183-206, 2020.

59 **Jornal do Commercio**, Manaus, 18 dez. 1960, p. 1.

60 **Jornal do Commercio**, Manaus, p. 1, 10 set. 1961.

A sinfonia dos teares e o ranger dos guindastes: o CGT e a greve dos tecelões em Manaus

COM A CRISE decorrente da renúncia do presidente Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961, é importante destacar o papel desempenhado pelos trabalhadores na mobilização que garantiu a posse de Jango. Após a renúncia de Jânio, e com a ausência de Goulart – que estava em visita diplomática à China –, o Congresso Nacional deu posse ao presidente da Câmara Ranieri Mazzili, e, três dias depois, os militares encaminharam ao Congresso um documento vetando a posse de João Goulart. Diante desse conturbado cenário e da mobilização de diversos setores da sociedade, ocorreu uma intensa mobilização das forças progressistas e a deflagração de uma greve conclamada pelo movimento sindical a fim de garantir a posse de Jango.

No Amazonas, a crise institucional se deu em um momento de profunda fratura no movimento sindical e acabou por se tornar mais um elemento de disputa. Assim, em resposta a um “*comunicado aos trabalhadores*”, publicado no periódico *O Jornal* pelas lideranças da CTA,⁶¹ os sindicatos descontentes fizeram publicar uma nota de esclarecimento na qual criticavam duramente a “*atuação degradante e apátrida da maioria dos dirigentes da CTA*” afirmando que

os trabalhadores não se deixam mais iludir por líderes de fãncaria e a eles caberá nas assembleias de suas entidades escolher o caminho da verdade. Aos trabalhadores de todas as categorias que neste momento de angústia e de transe da pátria comum confiam como confiamos nós que a democracia não será maculada com desordens e motins tão ao gosto dos comunistas.⁶²

Na mesma nota, acusavam os diretores da CTA de serem empregados de Moscou e de publicar um jornal chamado *Novos Rumos*, no qual pregavam a subversão da ordem pública e a luta de classes. Os líderes da CTA, por sua vez, acusavam seus opositores de partidários dos golpistas. Em novembro, as três principais federações de trabalhadores do Amazonas – Federação dos Comerciários do Amazonas (FCEA), FTTFA E FTI – lançaram um apelo aos trabalhadores para que participassem de uma solenidade religiosa realizada na igreja da matriz em homenagem “às almas dos militares e cidadãos mortos em defesa de nossas instituições na Intentona Comunista de novembro de 1935”.⁶³

Em dezembro de 1961, a vitória da chapa formada por Clodesmidt Riani e Dante Pelacani⁶⁴ na eleição para a nova diretoria Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI) representou o resultado da aliança formada no plano nacional pelos elementos mais progressistas do PTB e o PCB. Assim, em meados de 1962, a diretoria da

61 Em 25 de outubro de 1961. Eclodiu em Manaus a greve dos bancários.

62 *Jornal do Commercio*, Manaus, p. 1, 3 set. 1961.

63 *Jornal do Commercio*, Manaus, p. 8, 26 nov. 1961.

64 Antigo membro do PCB, então presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores Gráficos e diretor do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI).

CNTI convocou o IV Encontro Sindical Nacional, que formalizaria a criação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT).

O CGT foi criado a partir de três confederações: a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos, Fluviais e Aéreos (CNTTMFA) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito (Contec). Seu objetivo era unificar e coordenar nacionalmente as lutas dos trabalhadores brasileiros, defendendo o aumento de 100% do salário mínimo, a aproximação dos níveis salariais em todo o país, a aplicação efetiva do já instituído salário-família, o direito de greve sem as restrições legais e práticas em curso, a redução do custo de vida, as lutas camponesas e o pagamento do 13º salário. Fruto da organização e da dinâmica que os próprios trabalhadores desenvolveram ao longo de décadas, desde sua criação, o CGT será a principal liderança nas lutas dos trabalhadores brasileiros.⁶⁵

A vitória do grupo nacionalista nas eleições da CNTI provocou uma gradativa aproximação entre os dois grupos. Essa aproximação foi articulada por Aviz Valente (CSM) e Luiz Barros Santana (CTA). Tal aproximação pôde ser verificada a partir da presença de representantes das duas entidades em confraternizações, assembleias e solenidades que, muitas vezes, eram chamadas pelas duas casas. Assim, foi convocada uma assembleia geral a ser realizada em 10 de outubro de 1962, na sede da CSM, tendo três pontos de pauta: a) Fundação da CGT/AM; b) Eleição do secretariado executivo; e c) Eleição do representante da CGT/AM para a plenária no CGT nacional. O ponto mais nevrálgico seria, certamente, o último.

A fundação da Confederação Geral dos Trabalhadores do Amazonas (CGT/AM) foi aprovada por unanimidade, com a participação de 26 entidades (VALENTE, p. 75). Após a aprovação da criação da CGT/AM, foi eleita a executiva estadual, que era composta por Aviz Valente (FTI), presidente; Raimundo Jacinto da Silva (STI da destilação e refino de petróleo) e Mauro Pinheiro (Sindicato dos Operários do Porto), primeiro e segundo vice-presidentes; Fabio Lucena (Sindicato dos Bancários) e Manoel Rodrigues⁶⁶ (Sindicato dos Empregados em Hotéis), primeiro e segundo secretários; Francisco Washington Rodrigues (STI da construção civil) e Walter Ipiranga (FTTFA), primeiro e segundo tesoureiros. A diretoria eleita para a executiva estadual ficou assim com três representantes diretamente ligados ao PCB: Mauro Pinheiro, Manuel Rodrigues e Francisco Washington (presidente da CTA). A divisão do movimento sindical amazonense se refletia na composição da executiva estadual da CGT.

Segundo Valente, a direção nacional do CGT havia encaminhado uma correspondência a todas as entidades do estado solicitando que fosse eleito um delegado estadual que

65 DELGADO, Lucília Neves. **O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil (1961-1964)**. 2ª ed., Petrópolis: Vozes, 1986. p. 67.

66 Manoel Rodrigues foi eleito vereador pelo PTB em 1962, mas teve seu mandato cassado logo após o golpe civil-militar de março de 1964.

representaria o sindicalismo do Amazonas na plenária que seria realizada na sede da CNTI. Para ele, mesmo com a gradativa aproximação entre os dois grupos, aquele seria um momento-chave que definiria a ocupação dos espaços políticos da nova entidade e, conseqüentemente, os rumos do sindicalismo amazonense. Diante disso, os dois grupos disputaram de forma ferrenha a indicação do delegado estadual. As entidades ligadas à CSM indicaram o nome do gráfico Aviz Valente, então presidente da FTI e do STI dos gráficos de Manaus, enquanto os sindicatos e federações associados a CTA propuseram o nome de Antogildo Vianna, presidente do Sindicato dos Portuários.

A divisão entre os grupos era tamanha que o resultado da eleição acabou empatado: 13 votos para cada candidato. Após a recontagem, o sindicalista Clovis Barreto, do Sindicato de Condutores de Veículos Rodoviários de Manaus (que votou em Antogildo), sugeriu que o impasse fosse decidido por sorteio. A sugestão foi acatada por unanimidade e, após a realização do sorteio, foi dada a vitória a Aviz Valente.⁶⁷

Em abril de 1963, eclodiu em Manaus a greve dos tecelões, que contava com o apoio dos estivadores.⁶⁸ Em março de 1963, o STI da tecelagem havia protocolado a pauta do pleito de reajuste salarial anual da categoria, reivindicando 100% de aumento junto ao patronato. Naquele contexto, a maior empresa do setor era a Brasil Juta, que empregava mais de 600 operários e liderou a resistência dos patrões. Diante desse cenário, o sindicato recorreu à DRT, a fim de promover reunião conciliatória. Na reunião conciliatória de 14 de março, o sindicato propôs um aumento salarial de 40% enquanto a Brasil Juta e algumas outras empresas do ramo (Razac, FiteJuta e Matinha) propunham zero. Tendo sido chamado para intermediar o impasse, o governador Plínio Coelho recebeu no Palácio Rio Negro, no dia 18 de abril, uma comissão de representantes da CGT, do STI de tecelagem, da DRT e da Brasil Juta a fim de encontrar uma solução.⁶⁹ Nessa reunião, foi solicitado pela empresa um prazo de 72 horas a fim de aguardar a chegada do diretor-presidente da empresa a Manaus, Álvaro de Souza Carvalho.

No dia 22 de abril, acompanhado de alguns de seus secretários, o governador Plínio Ramos Coelho foi à sede da CTA para tentar dissuadir os trabalhadores de darem prosseguimento à greve. Nessa ocasião, afirmou que “as baionetas estão voltadas contra vós e contra mim. Contra vós, se não saberdes respeitar a ordem, contra mim se não souber fazer respeitar a lei a ser mantida”,⁷⁰ tendo solicitado que o prazo solicitado pelos empregadores fosse concedido e que a greve fosse suspensa até o dia 24 de abril. Após a saída das autoridades, os representantes dos sindicatos e associações operárias passaram a deliberar, ficando evidentes as disputas e divisões existentes no sindicalismo amazonense: de um lado, Aviz Valente, presidente da CGT, buscando convencer os companheiros da necessidade de atender ao apelo feito pelo

67 VALENTE, op. cit., p. 77.

68 Além de estivadores e tecelões, padeiros e trabalhadores de serrarias também preparavam seus movimentos grevistas em virtude de não terem atendidas suas reivindicações salariais.

69 *Jornal do Commercio*, Manaus, p. 1, 20 abr. 1963.

70 *Ibidem*.

governador e da suspensão da greve até o prazo solicitado; de outro lado, Antogildo Vianna, presidente do Sindicato dos Estivadores, insistindo em permanecer de braços cruzados em solidariedade aos tecelões que deliberaram pela deflagração da paralisação na madrugada do dia 23. O pedido de prazo foi rechaçado pela assembleia e, diante do impasse, Aviz Valente ameaçou renunciar à presidência da entidade. Com a deflagração da greve dos tecelões, a polícia iniciou a repressão, prendendo grevistas (como Antogildo Vianna e Manoel Rodrigues) e dispersando piquetes nas portas das empresas com a justificativa de garantir a liberdade de trabalho.

Devemos destacar que esse movimento paredista ocorreu em um contexto marcado pelo processo de implantação do Plano Trienal, formulado por Celso Furtado em dezembro de 1962, em um contexto que apresentava aumento da inflação acumulada e severa crise econômica. O Plano Trienal foi uma tentativa de implementar um plano de austeridade econômica com a finalidade de debelar a inflação, prevendo medidas de congelamento de salários e preços no período, o que suscitava forte oposição por parte do movimento sindical. Diante desse quadro, o chefe do Executivo estadual declarou que o movimento que irrompia no estado era uma agitação inoportuna ao Plano Trienal e que seria o mesmo que matar “as galinhas dos ovos de ouro”.⁷¹

Em pronunciamento às rádios, o governador Plínio Ramos Coelho criticou duramente a atitude dos tecelões, destacando a “inoportunidade” da greve e afirmando que na Casa do Trabalhador estava formada a baderna. Para ele, por trás dos tecelões estariam “elementos estranhos à classe, comunistas fichados que exploram os trabalhadores em busca de interesses escusos”. O governador solicitou forças federais para evitar que o Amazonas se transformasse numa “China ou Cuba” e concluiu sua radiotransmissão afirmando que não era Lacerda nem Pilatos, mas que “a ser Pilatos, prefiro ser Lacerda se como Pilatos decretar a falência do Estado e se como Lacerda salvar a sobrevivência do Estado”.⁷² Tal postura do governador é bastante contraditória se observarmos que sua trajetória política está fortemente ligada ao movimento sindical e à Casa do Trabalhador, tendo atuado como advogado daquela entidade e de diversos outros sindicatos. No entanto, a hegemonia que os comunistas vinham exercendo sobre a CTA desde a eleição de Manuel Amâncio e o racha ocorrido no meio sindical, bem como a radicalização do contexto nacional podem dar indícios que permitam entender tais atitudes.

Na madrugada do dia 23, a polícia invadiu a sede do Sindicato dos Bancários, na rua da Instalação, onde se reuniam algumas das principais lideranças da CGT e da FTI. A pressão exercida pelo patronato, pelo governo do estado e pela polícia era constante. Prisões das lideranças sindicais, perseguição aos grevistas e invasões às sedes eram acompanhadas da contratação de fura-greves para substituir os trabalhadores parados. No dia 24, os

71 **Jornal do Comercio**, Manaus, p. 1, 19 abr. 1963.

72 **Jornal do Comercio**, Manaus, p. 1, 23 abr. 1963.

jornais noticiavam que o trabalho se encontrava quase normalizado, com 80% dos teares em funcionamento. No entanto, a greve dos estivadores continuava e algumas empresas – como a Brasil Juta – continuavam operando com apenas 55% dos trabalhadores, sendo que a empresa encaminhou ofício ao sindicato negando qualquer aumento de salário antes do término da greve e dando um prazo até a próxima sexta-feira para que os grevistas voltassem a seus postos. Após isso, seriam demitidos e substituídos. Após a leitura do ofício durante assembleia realizada no dia 24, na Casa do Trabalhador, os trabalhadores adiaram a decisão para o dia seguinte.⁷³

Na assembleia da tarde de quinta-feira, 25, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Fiação e Tecelagem de Juta Francisco Fernandes Vieira realizou um discurso apelando para que seus companheiros retomassem as atividades e a greve foi dada por encerrada. No entanto, a greve dos estivadores continuava, o que levou o governador a reforçar o policiamento – tanto da Polícia Militar quanto do Exército – na *Manaos Harbour*, a fim de garantir a “liberdade de trabalho”, além de deslocar 500 trabalhadores das “linhas de fora” para realizar o serviço de descarga dos navios ancorados no porto. A situação encontrava-se tão delicada que, por ordem do governador, as aulas de todos os estabelecimentos de ensino da cidade foram suspensas, pois o governo iria “terminar a greve”.⁷⁴

Na sexta-feira, enquanto o jornal *A Crítica* trazia a seguinte manchete: “Voltam ao trabalho ou perdem o emprego”, o *Jornal do Commercio* elogiava: “Governador usa pulso forte”. De fato, tecelões e estivadores voltaram ao trabalho na sexta-feira. Nem mesmo os 500 trabalhadores mobilizados para substituir os grevistas foram necessários pois, com o fim da greve, os serviços de descarga foram restabelecidos. O governador obteve dos empregadores a garantia de que não haveria punição aos grevistas e que, em maio, eles receberiam um aumento “por mínimo que seja” (*Jornal do Commercio*, p. 1, 27 abr. 1963). No sábado, o retorno dos trabalhadores às atividades repercutia na imprensa da seguinte maneira: “Sinfonia dos teares e ranger dos guindastes do cais do porto voltaram a dar vida à cidade” (*Jornal do Commercio*, p. 1, 27 abr. 1963).

Contudo, mal haviam se encerrado as greves de tecelões e estivadores, notícias relacionadas a uma greve geral convocada pela direção nacional do CGT começavam a circular na imprensa. Diante dessa situação, representantes da Casa dos Sindicatos de Manaus dirigiram-se ao governador a fim de informar que não tinham a intenção de participar da greve geral anunciada pela direção do CGT para o dia 25 de maio a fim de pressionar o congresso para que as reformas de base fossem votadas.

Porém, embora a CSM tenha se manifestado contra a participação na greve programada pela direção nacional do CGT, a CTA recebeu um representante da Frente de Mobilização Popular – referida como Movimento de Mobilização Popular – a fim de articular uma caravana

73 *Jornal do Commercio*, Manaus, p. 1, 25 abr. 1963.

74 *Jornal do Commercio*, Manaus, p. 6, 26 abr. 1963.

no Amazonas em prol da realização das reformas de base, contando com a participação do ex-governador Gilberto Mestrinho (PTB).⁷⁵ Na realidade, a direção nacional do CGT fez uma consulta aos Comandos Estaduais dos Trabalhadores (CETs) e, em reunião ocorrida no dia 27 de maio, acertaram o adiamento da decisão sobre a greve geral.

Diante da carestia que se avolumava, a direção nacional do CGT organizou uma campanha em favor das reformas de base e contra a escalada dos preços, através da realização da “Semana Nacional contra a Carestia e pelas Reformas de Base”, realizada entre os dias 1º e 7 de agosto e que contou com a participação das principais entidades do país. Assim, na semana que antecedeu o dia 7 de agosto, o CGT/AM realizou diversos comícios pela cidade conclamando o povo a não comprar nada naquele dia.

Como a memória da radicalização ocorrida durante a greve de abril estava muito presente, os trabalhadores fizeram questão de afirmar que não se tratava de uma greve e que o trabalho seria realizado normalmente. O protesto se restringia a um boicote, sem a realização de piquetes que pudessem impedir a locomoção dos que não quisessem seguir a recomendação de não efetuar compras naquele dia. A despeito disso, o governador colocou as polícias civil e militar em prontidão e emitiu nota na qual reconhecia o direito de todos se manifestarem contra a desvalorização da moeda e contra o encarecimento do custo de vida, mas que asseguraria a ordem e o direito do trabalhador de fazer ou não compras naquele dia.⁷⁶ No dia seguinte, os periódicos anunciavam que o protesto havia sido um fracasso e que a população “não tomou conhecimento dos esforços do CGT para fazer algo que impressionasse a opinião pública”, sendo que o comércio da cidade teria funcionado normalmente.⁷⁷

O segundo semestre de 1963 foi marcado por uma intensificação das disputas entre empresários e trabalhadores por todo o país em virtude do acirramento dos conflitos distributivos após o fracasso do Plano Trienal, com uma escalada sem precedentes do número de paralisações.⁷⁸ Assim, na segunda quinzena de setembro (18) eclodiu nacionalmente o movimento grevista dos bancários, afetando estados como Guanabara, São Paulo, Minas Gerais, Amazonas e Ceará.⁷⁹

No Amazonas, acompanhando o movimento nacional, o Sindicato dos Bancários marcou o início da greve para o dia 25. Tendo sido iniciada pelos bancários, a greve se alastrou para outras categorias profissionais da cidade, como os trabalhadores da estiva, os gráficos, os padeiros e os funcionários que trabalhavam na COPAM.⁸⁰ Novamente, o governador Plínio Coelho decretou a ilegalidade do movimento e a prisão das principais lideranças, entre elas Antogildo Vianna, presidente do Sindicato dos Estivadores, e

75 **Jornal do Commercio**, Manaus, p. 8, 26 maio 1963.

76 **Jornal do Commercio**, Manaus, p. 1, 7 ago. 1963.

77 **Jornal do Commercio**, Manaus, p. 8, 8 ago. 1963.

78 LOUREIRO, Felipe Pereira. João Goulart e a cúpula do movimento sindical brasileiro: o caso das confederações nacionais de trabalhadores (1961-1964). **História**, São Paulo, v. 36, e3, 2017, p. 373.

79 Em Fortaleza, uma agência do Banco do Brasil foi invadida pelos grevistas, resultando na prisão de José Moura Belesa, presidente do Sindicato dos Bancários. **Jornal do Commercio**, Manaus, p. 1, 28 set. 1963.

80 Companhia de Petróleo da Amazônia.

Napoleão Lacerda, presidente do Sindicato dos Bancários.⁸¹ É interessante observar que enquanto o presidente João Goulart resistiu à pressão das entidades patronais e se recusou a declarar a greve ilegal, no estado do Amazonas, Plínio Coelho, que assim como Goulart também era integrante do PTB e tinha uma trajetória política bastante próxima ao movimento sindical, decretou a ilegalidade do momento. Sobre Antogildo Vianna, o governador afirmou que “o chefe dos estivadores não trabalha, mas ganha pelo suor alheio mais de cem mil cruzeiros por mês”.⁸² Para ele, os trabalhadores estariam sendo manipulados por “agitadores profissionais que visam à queda do regime democrático, a fim de criar clima propício para um golpe da direita com a força, ou da esquerda com a foice”.⁸³ A postura do governador manteve o tom de radicalismo e de enfrentamento aos grevistas, afirmando que “esmagarei haja o que houver, custe o que custar, quem tentar ferir a autoridade”.⁸⁴

No dia 1º de outubro, a greve no estado já havia sido encerrada. Nesse mesmo dia, o governador Plínio Coelho fez um longo pronunciamento nas rádios no qual fazia um balanço da atuação do governo diante da crescente onda de movimentos grevistas que varria o estado, afirmando que os bancários do Banco do Estado do Amazonas (BEA) ganhariam 80% de aumento. Da mesma forma, a imprensa elogiava a postura vigorosa do governo contra os grevistas que traziam a desordem à cidade. A conduta intransigente adotada pelo chefe do Executivo contra os grevistas contrasta com a imagem construída pelo então advogado e deputado Plínio Ramos Coelho que, no início de sua trajetória, tinha uma forte relação com o movimento sindical, tendo representado o interesse dos trabalhadores e de seus sindicatos em diversas ocasiões.

Com a deflagração do golpe civil-militar, a maioria dos dirigentes nacionais do CGT é presa de imediato. Durante o mês de abril, sindicatos, federações e confederações vinculados ao CGT sofreram intervenção: cerca de 350 sindicatos, 22 federações e as seis confederações de trabalhadores tiveram nesse período suas diretorias destituídas, sendo que muitos dos antigos dirigentes sindicais foram presos, outros se exilaram e houve mesmo os que desapareceram sem deixar vestígio.⁸⁵ Segundo dados do relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV), sofreram intervenção cerca de 70% dos sindicatos com cinco mil filiados ou mais. Entre 1964 e 1970, 536 entidades foram atingidas, com o número de dirigentes sindicais cassados girando em torno de dez mil. Até 1970, foram atingidas 49 federações e 483 sindicatos.⁸⁶

81 Napoleão Lacerda era acusado de manter sob cárcere alguns bancários na sede do sindicato para que não comparecessem ao trabalho.

82 **Jornal do Commercio**, Manaus, p. 3, 29 set. 1963.

83 **Jornal do Commercio**, Manaus, p. 8, 29 set. 1963.

84 **Jornal do Commercio**, Manaus, p. 3, 29 set. 1963.

85 COSTA, Sérgio Amad. **O CGT e as lutas sindicais brasileiras (1960-64)**. São Paulo: Editora do Grêmio Politécnico, 1981. p. 148.

86 CUNHA, Maria Cardoso. Violações de direitos humanos dos trabalhadores. In: **BRASIL**. Comissão Nacional da Verdade. **Mortos e desaparecidos políticos/Comissão Nacional da Verdade**. Brasília: CNV, 2014, v. II – Textos Temáticos, p. 61.

No Amazonas, o Sindicato dos Empregados da Administração dos Serviços Portuários de Manaus foi um dos que sofreram intervenção do Estado após o golpe de 1964, quando seu presidente Antônio Carlos de Melo F.^o foi removido do cargo por ser considerado “antirrevolucionário e magoado com a revolução” e por ser “relacionado como elemento pertencente ao Partido Comunista do Amazonas”.⁸⁷ No dossiê organizado pelo Serviço Nacional de Informações sobre suas atividades, destaca-se a participação de Antônio Carlos Melo F.^o como representante do Sindicato dos Empregados na APM em reuniões do Comando Geral dos Trabalhadores do Amazonas (CGT/AM), ocorridas ao longo do ano de 1963 na sede da casa do Trabalhador do Amazonas. Raimundo Jacyntho da Silva e Raimundo de Andrade Simões, lideranças do Sindicato Trabalhadores na Indústria da Destilação e Refinação de Petróleo de Manaus também foram removidos de seus cargos. Com a deflagração do golpe, Fábio Lucena, uma das principais lideranças do Sindicato dos Bancários e que mais tarde seguiria destacada carreira política, tornando-se senador do Amazonas pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), foi preso, como subversivo, no extinto 27º Batalhão de Caçadores.⁸⁸ Aviz Valente, presidente do Sindicato dos Gráficos que teve destacada atuação na Casa do Trabalhador do Amazonas, tornando-se o primeiro presidente da Confederação Geral dos Trabalhadores do estado do Amazonas (CGT/AM), em virtude de suas atividades sindicais, foi considerado pela ditadura como um “elemento subversivo de alta periculosidade”, tendo sido preso em setembro de 1964 e destituído de suas funções de membro da Comissão de Julgamento e Revisão da Delegacia do Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários.⁸⁹ Luís Barros de Santana, presidente do Sindicato dos Sapateiros, foi preso na mesma ocasião.⁹⁰ A Confederação Geral dos Trabalhadores do Amazonas (CGT/AM), bem como o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) em âmbito nacional tiveram suas atividades encerradas.

O golpe de 1964 trouxe fortes impactos sobre a organização sindical amazonense em virtude das prisões das principais lideranças e das intervenções nos sindicatos. Antogildo Pascoal Viana, uma das principais lideranças sindicais do estado do Amazonas, tendo atuado como presidente do Sindicato dos Estivadores entre 1954 e 1963, foi uma das primeiras vítimas da ditadura militar. Após ter sido preso durante uma reunião da diretoria da Federação Nacional dos Estivadores, no estado do Rio de Janeiro, seu corpo foi encontrado no dia 8 de abril de 1964, depois de supostamente ter cometido suicídio ao se atirar da janela do 5º

87 Em 1970, Antônio Carlos Melo F.^o atuava como vice-presidente do Departamento Trabalhista da ARENA na Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas (ALEAM). Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações. Antecedentes de Pessoal. 25 mar. 1971. Confidencial nº 4.061.

88 Fábio Lucena foi o candidato mais votado nas eleições para a Câmara Municipal de Manaus em 1972. No entanto, em virtude de sua trajetória política e de sua postura de oposição à ditadura, Lucena não foi diplomado, em virtude de suas atitudes consideradas “danosas prejudiciais e perigosas para a segurança nacional”. Arquivo Nacional. Fundo do Serviço Nacional de Informações. Dossiê sobre Fábio Pereira Lucena Bittencourt.

89 Arquivo Nacional. Serviço Nacional de Informações. Dossiê: Infiltração Comunista na Administração Pública. N.º 197/1979.

90 Arquivo Nacional. ACE. Dossiê: Atuação do PCB no Amazonas. Jul. 1985. N.º 5.537/1985; **Jornal do Commercio**, Manaus, 9 maio 1985.

andar do edifício do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Trabalhadores de Cargas (IAPETEC). Ao longo do período de vigência da ditadura militar no país, a prática de fazer com que as execuções parecessem suicídios era bastante comum, sendo o caso mais notório o do jornalista Wladimir Herzog. Outras lideranças sindicais tiveram o mesmo destino de Antogildo: José de Souza, membro do Sindicato dos Ferroviários do Rio de Janeiro, também teria falecido após se atirar pela janela do terceiro andar do prédio da Polícia Central quando se encontrava preso para averiguações pelo Departamento de Ordem e Política Social (DOPS).⁹¹

Com o golpe, as lutas encabeçadas pelo PCB e pelos trabalhadores brasileiros sofreram um gigantesco revés. O conjunto de reformas estruturais que pretendia transformar a sociedade brasileira e que tinha o ousado objetivo de eliminar os conflitos pela posse da terra e garantir o acesso à propriedade de milhões de trabalhadores rurais foi relegado ao esquecimento e derrotado por um projeto de modernização conservadora associado aos interesses do capital privado nacional e internacional. Diante desse embate entre projetos contrapostos (um excludente e autoritário e outro que apontava para o caminho das reformas), fomos levados pela estrada da exclusão, dos privilégios, do autoritarismo e da repressão.

Recebido em 27/04/2022

Aprovado em 07/10/2022

91 QUEIRÓS, op. cit., 2020.